

<p>Jornal Negócios</p> <p>28-03-2019</p>	<p>Periodicidade: Diário</p>	<p>Temática: Diversos</p>
	<p>Classe: Economia/Neócios</p>	<p>Dimensão: 2435 cm²</p>
	<p>Âmbito: Nacional</p>	<p>Imagem: S/Cor</p>
	<p>Tiragem: 12747</p>	<p>Página (s): 1/14/15</p>

LUÍS MENEZES LEITÃO
 CANDIDATO A BASTONÁRIO DOS ADVOGADOS

“Pacto da Justiça foi uma forma de entreter os agentes do setor”

“Criámos uma Justiça à qual só têm acesso os indigentes ou os ricos”, sustenta o presidente do conselho superior da ordem.



LEX 14 e 15

Lex

LUÍS MENEZES LEITÃO PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DA ORDEM DOS ADVOGADOS E CANDIDATO A BASTONÁRIO

“Pacto da Justiça foi uma forma de entreter os agentes do setor”

O repto para a celebração de um pacto de Justiça “foi uma forma de entreter os agentes do setor numa negociação da qual não resultou absolutamente nada”, critica Luís Menezes Leitão.

JOÃO MALTEZ
 jmaltez@negocios.pt



Sérgio Lemos

É presidente do Conselho Superior da Ordem dos Advogados (OA) desde há dois mandatos, mas considera que chegou a hora de se candidatar ao cargo de bastonário, Luís Menezes Leitão oficializará esse propósito na próxima semana. Ao Negócios, diz que avança porque discorda da forma como a instituição está a ser conduzida. Crítico da forma como o sis-

tema de Justiça está hoje a funcionar, lamenta o valor excessivo das custas judiciais e afirma que o pacto sugerido pelo Presidente da República “foi uma forma de entreter os agentes do setor numa negociação da qual não resultou absolutamente nada”.

Ao nível das oportunidades, a advocacia é hoje muito díspar para quem exerce nas grandes cidades ou no interior do país.

Caso seja eleito bastonário, de que modo vai estar atento as essas diferentes realidades?

Todos os advogados têm de ser protegidos, quer exerçam numa grande cidade, quer exerçam no Interior, quer estejam ligados a uma sociedade de advogados, quer tenham optado pela prática individual. Em qualquer caso sabemos que há realidades distintas a considerar. Por isso mesmo consideraremos sempre dar resposta aos colegas que estejam em

situação de maior dificuldade. A verdade é que a Ordem tem de estar atenta a todas as formas de exercer advocacia, não pode privilegiar apenas uma, esquecendo todas as outras.

Isso tem acontecido neste mandato?

Não vou ao ponto de fazer essa afirmação, mas noto que, por vezes, não temos a especialização necessária nas várias questões da advocacia para perceber os problemas que exis-

“Há um deficiente funcionamento da estrutura da Ordem”



Criámos uma Justiça à qual só têm acesso os indigentes ou os ricos. Os indigentes porque têm apoio judiciário e os ricos porque podem pagar as custas judiciais.

A relação [com o Ministério da Justiça] tem que ser cordial e institucional, mas sem pôr em causa a necessidade que defender a posição dos advogados.

tem em relação a todas as formas de exercer a profissão. Talvez aí tenha havido uma perspetiva mais generalista nos últimos tempos.

Pensado nos outros atores do sistema, nomeadamente na área política, que tipo de relacionamento deve um bastonário da OA manter com o Ministério da Justiça?

Qualquer bastonário da Ordem dos Advogados deve manter uma

relação institucional com o poder político.

É público que o bastonário atual tem uma relação cordial com a ministra da Justiça. É positivo?

A relação tem de ser cordial e institucional, mas sem pôr em causa a necessidade que defender a posição dos advogados e as questões que aos advogados interessam.

É defensor do pacto para a Justiça sugerido pelo Presidente da República?

Não sou defensor desse repto, antes pelo contrário. Foi uma forma de entreter os agentes do setor numa negociação da qual não resultou absolutamente nada. É um autêntico canto de sereia que os políticos estão a lançar.

A lançar aos advogados?

Não só aos advogados, também aos outros profissionais de Justiça. É no fundo mantê-los entretidos a discutir toda uma série de problemas que os afligem, tentar que cheguem a um acordo, que apresentem medidas, mas depois, por mais corretas que sejam, nenhuma passa.

Foram apresentadas várias medidas...

Das 88 que estavam no pacto para a Justiça, uma importantíssima era corrigir a situação das custas judiciais. Foi feita alguma coisa? Zero. Temos isto proposto desde janeiro de 2018, quando o repto do Presidente da República ocorreu em setembro de 2016. Quando a Justiça é tratada assim, as coisas não estão a correr bem.

Os problemas que por norma se apontam à Justiça prendem-se com a morosidade e a carestia das custas. Como resolver estas situações?

De várias maneiras. Uma delas é assegurar-se de que há uma distribuição efetiva dos magistrados relativamente aos processos que estão colocados em situação mais complexa.

É preciso uma melhor distribuição dos magistrados?

Temos muitos magistrados nos tribunais superiores, mas no âmbito da primeira instância temos pendências que continuam a ser bastante fortes. Além disso, com o mapa judiciário, o que se conseguiu foi esvaziar tribunais da proximidade das populações. Isso parece-me que foi um péssimo passo.

Apesar de tudo, a atual ministra reverteu algumas dessas situações.

Foi repondo alguns tribunais, com os chamados juizes de proximidade, mas que acabaram por não funcionar. Essa realidade somada às custas judiciais faz com que muitas vezes as pessoas desistam de ter acessos à Justiça.

As custas afastam as pessoas?

Criámos uma Justiça à qual só têm acesso, neste momento, os indigentes ou os ricos. Os indigentes porque têm apoio judiciário e os ricos porque podem pagar as custas judiciais.

A classe média deixou de ter acesso à Justiça?

A classe média está fora da Justiça e isso parece-nos inaceitável. ■

Luis Menezes Leitão candidata-se a bastonário, por causa do “estado atual em que se encontram a Ordem dos Advogados e a advocacia”.

Que razões o levaram a candidatar-se ao cargo de bastonário da Ordem dos Advogados?

Essencialmente o estado atual em que se encontram a Ordem dos Advogados e a advocacia.

E qual é o estado atual da Ordem dos Advogados?

Principalmente neste último mandato, temos assistido a uma grande degradação dentro da Ordem dos Advogados. Certos serviços que eram prestados estão a ser cortados. A própria revista da Ordem, que tinha uma projeção enorme, foi transformada em revista digital. Há um deficiente funcionamento de toda a estrutura da Ordem. Basta referir que já se demitiram cinco membros do conselho geral. Aquele que existe hoje não é o mesmo que foi eleito, o que, só por si, coloca um sério problema de legitimidade. A Ordem perdeu protagonismo.



O conselho geral que existe hoje não é o mesmo que foi eleito, o que, só por si, coloca um sério problema de legitimidade.

Uma das primeiras medidas que anunciou, caso seja eleito, é que irá prescindir do ordenado de bastonário pago pela Ordem. Porquê?

Este modelo em que a pessoa deixa de exercer advocacia, vai trabalhar para a Ordem e está a receber como trabalhador dependente não me parece adequado para a representação da instituição.

Esse modelo não mostra que há uma dedicação efetiva, a tempo inteiro, à Ordem dos Advogados?

Não, pela razão seguinte: quem não exerce a profissão não está próximo do que são os problemas dos advogados. Antes deste sistema ser criado, todos os advogados que eram bastonários exerciam a profissão ao mesmo tempo. Até se dizia que os colegas gostavam de encontrar o bastonário num julgamento, quando iam ao tribunal.

Face ao que é hoje a administração da OA, o é que quer fazer de diferente?

Temos de ter uma estratégia de comunicação, de ir mostrando aos advogados que a Ordem é dos advogados e que os defende. A nossa ideia é também estimular o contacto de proximidade que a Ordem tem com os advogados, através das delegações e dos seus conselhos regionais, estabelecer uma Ordem mais próxima de todos os colegas. Por outro lado, também é necessário que a Ordem tenha uma voz audível nos meios de comunicação social, para defender os advogados, dando a conhecer os seus problemas. ■